

Nacionalismo e historiografia literária: as obras de Ferdinand Wolf e Sílvio Romero

Prof. Dr. Eduardo da Silva de Freitas¹ (UFLA)

Resumo:

O texto trata de algumas das configurações que a nacionalidade brasileira recebeu no século XIX, segundo os campos em que se constituíram. A partir desse levantamento, rastreia as relações que estabeleceram com algumas posições político-ideológicas que tiveram lugar na sociedade brasileira de então. Além disso, relaciona as formas do nacionalismo e as posturas políticas à elaboração da historiografia literária brasileira, detendo-se em Le Brésil Litteraire, de Ferdinand Wolf, e na História da Literatura Brasileira, de Sílvio Romero.

Palavras-chave: Nacionalismo, Historiografia, Literatura, Brasil, Século XIX.

1 Duas versões do nacionalismo no século XIX

A versão mais consagrada do nacionalismo brasileiro tem origem nos anos próximos de 1822 e se traduz numa visão bastante ufanista do país, baseada na exaltação da natureza e na figura braviosa do índio. A formulação modelar dessa posição pode ser encontrada no *Resumo de História da Literatura Brasileira*, que veio a lume em 1824, escrito por Ferdinand Denis, viajante francês muito bem considerado por grande parte da inteligência brasileira de então, sobre a qual exerceu larga influência. O interessado europeu doutrinava que a nacionalidade brasileira deveria assentar na exposição dos caracteres físicos do ambiente.

O grau de difusão que aquelas ideias alcançaram pode ser conferido pelas inúmeras resmas que foram gastas por diversos romancistas e poetas dedicadas a referir as florestas, os animais e os habitantes nativos do território desde os anos iniciais de vida política independente. Já nos primeiros romances, pode ser notada certa ânsia catalográfica, que afirmava “uma linha direta com a Natureza” (SUSSEKIND, 1990, p. 33) e que, posteriormente, ganharia corpo e expressão mais artística nas narrativas de José de Alencar. Talvez, em alguma medida, se possa atribuir às sugestões sobre o ambiente americano, conforme a síntese de Denis, romances tão diferentes como *Macunaíma*, de Mário de Andrade, e *Maíra*, de Darcy Ribeiro; poesias tão distintas como as de Gonçalves Dias, e algumas composições de Olavo Bilac ou Oswald de Andrade. Como se sabe, todos estes escritores serviram-se do índio e da natureza pelo menos em algum momento de sua produção literária.

Apesar de muito evidente, principalmente no século XIX, é importante que se diga que não foi esta versão a única a ter feito sucesso. Ao lado desse nacionalismo consagrado literariamente e que teve vida longa, houve outro que parece ter tido larga repercussão no pensamento brasileiro. Com efeito, quando se trata da produção não ligada diretamente ao campo artístico parece ser diferente a configuração que se faz da nacionalidade brasileira: não tão próxima ao índio e à natureza. Se, no século XIX, o ufanismo do ambiente encontrou no livro citado de Denis sua formulação modelar, por outro lado, seria possível dizer que a *História Geral do Brasil*, publicada primeiramente em 1853, por Francisco

Adolfo Varnhagen, sintetizou essa outra maneira de pensar o nacionalismo brasileiro.

Nesta obra, o Visconde de Porto Seguro apresenta uma série de reparos aos símbolos nacionais que figuravam no campo da literatura. A respeito dos indígenas, o livro de Varnhagen afasta-se muito do tom entusiasmado assumido na representação literária e aponta para uma caracterização absolutamente negativa. Para o Visconde, os índios não passariam de bárbaros, brancos, não civilizados, sem religião, ferozes, rudes. De outra parte, a enormidade e a variedade da natureza, tão louvadas pelos artistas, aparecem como empecilhos à fixação de uma sociedade mais civilizada.

Apesar de pertencerem a uma versão menos lembrada, não se pode desconhecer a influência e a penetração que estes argumentos tiveram durante décadas na produção dos intelectuais brasileiros. Foram muitas as obras que se serviram das ideias a que Varnhagen deu expressão, isolando-as ou unindo-as, e consolidaram uma linha de pensamento bem diferente da versão literária. Basta dizer que mesmo figuras que assumem uma posição distinta da do Visconde, como foram os casos de Sílvio Romero, José Veríssimo, Euclides da Cunha e Capistrano de Abreu, guardam certo pessimismo quanto ao índio e à natureza.

2 O pensamento monarquista

Em verdade, o debate sobre a nacionalidade brasileira esteve um tanto além da aceitação do índio e da natureza como símbolos representativos do país. A questão que se coloca, sobretudo nos anos iniciais da vida autônoma do Brasil, parece estar inserida numa dimensão cultural mais ampla, que remete às posições políticas existentes nos tempos iniciais do Império. Com efeito, a configuração política das primeiras décadas desse período influenciou na vida da inteligência brasileira e na sua produção. Lembre-se a proximidade que existiu entre o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a oficialidade, desde sua fundação, proximidade que se estreitou a partir dos anos finais da década de 1840. É o que aponta Manuel Luís Salgado Guimarães, a respeito do discurso historiográfico, ao afirmar que a inter-relação que o IHGB mantinha com o Estado intensificou-se, assumindo “formas claras e diretas a partir de 1849-50, coincidindo com a estabilização do poder central monárquico e seu projeto centralizador”. (GUIMARÃES, 1988, p. 10)

A obra de Varnhagen representa parte nestas disputas que tinham lugar na sociedade da época. O ataque ao ambiente americano marcava a opção pelo louvor do processo colonizador empreendido por Portugal na América. Para ele, o Brasil só existe e está inserido na cultura ocidental devido ao esforço dispensado pelos portugueses na redução dos gentios e na insistência em permanecer num lugar tão inóspito. Sendo assim, de acordo com o Visconde,

Claro está que, se o elemento europeu é o que essencialmente constitui a nacionalidade atual, e com mais razão [...] constituirá a futura, é com esse elemento cristão e civilizador que principalmente devem andar abraçadas as antigas glórias da pátria, e por conseguinte a história nacional. (VARNHAGEN, 1853, II, p. XXV).

Embora a passagem não dê margem a dúvidas quanto às predileções nacionalistas do autor, deve-se notar que o “elemento europeu” valorizado pelo Visconde não se confunde com o português de um modo geral, senão que especificamente com as instâncias oficiais e a Igreja Católica. Como observa José Carlos Reis, “Varnhagen fez o elogio da vitória dos portugueses [e] defendeu os interesses e os sentimentos lusitanos no Brasil” (REIS, 2000,

p. 97) e sempre se posicionou a favor dos poderosos, dos prepostos da Coroa e dos integrantes do corpo eclesiástico, que, segundo seu entender, atuaram positivamente na construção do Brasil. Neste sentido, sua obra assume uma posição ideologicamente monárquica e oficial. Sendo assim, a valorização do processo colonizador e da Igreja Católica no discurso da história revela o compromisso com o projeto centralizador do Império, cujo soberano era descendente direto da família real portuguesa.

Além disso, o destaque do processo colonizador português e da monarquia, em detrimento da valorização do ambiente americano revela certo receio, manifesto por grande parte da sociedade brasileira, de que ao país sucedesse o que ocorreu na América espanhola. No elogio das instituições oficiais, no incentivo de seu projeto centralizador, estava contido o temor de que também o Brasil se fragmentasse, conforme se dava nos demais territórios do continente sul-americano. Nesse sentido, a *História de Geral do Brasil* expressa mesmo pensamento “menos antimonárquico do que anticolonial, menos nacionalista do que antimetropolitano”, que caracterizou o processo de independência do país, segundo Emilia Viotti da Costa, (1985, p. 33). Por muito tempo, o Império será louvado por ter mantido a unidade territorial do país, inclusive por aqueles que lhe vieram a atacar. Ao que parece, diante da instabilidade das novas repúblicas americanas, marcadas pela desordem e pela desunião, o índio e a natureza constituíram-se elementos de tensão para os intelectuais brasileiros. Ainda que tenham considerados importantes para cultura brasileira, não deixavam de ser vistos como passíveis de servir a interesses opostos à unidade nacional que se pretendia formular.

De modo geral, pode-se dizer que o intelectual brasileiro não aderiu irrestritamente à vida dos nativos americanos, nem se deixou encantar plenamente pelos predicados do meio. Aproximou-se desses elementos sobretudo enquanto representavam um mundo de idílios, passível de servir de matéria a idealizações. Em verdade, tratava-se de construir uma representação que estava “mais para miragem do que para paisagem” (SUSSEKIND, 1990, p. 33), já que efetivamente, porém, o modelo admirado e invejado estava do outro lado do Atlântico.

3 A versão monarquista da história literária

Em 1863, quando aparece *Le Brésil Littéraire*, de Ferdinand Wolf, obra que, à época, sistematizou de maneira mais clara uma história da literatura *brasileira*, o modelo de historiografia estava consolidado sobre a forma do nacionalismo que prestigiava a submissão à coroa, vista como representante da ordem e da civilização no país, e à Igreja, colaboradora neste processo deste os tempos coloniais. Apesar de ter sido escrito por um erudito que vivia na Europa, o livro não deixa de incorporar esta perspectiva, por assim dizer, oficial do nacionalismo. Vale dizer que para escrevê-lo, Wolf contou com a ajuda de seus amigos intelectuais brasileiros que lhe forneceram material, tendo em vista escassez de documentos, nas bibliotecas europeias, para a realização de tal empresa. Como reconhece, se não fossem os contatos estabelecidos com Gonçalves de Magalhães, Araújo Porto-Alegre e Ernesto França, que lhe cederam materiais e conselhos, a obra não se teria cumprido.

A história literária escrita por Ferdinand Wolf reproduz a ideologia nacionalista sintetizada pelo influente Visconde, de modo que seria possível dizer que *Le Brésil Littéraire* corresponde diretamente à *História Geral do Brasil*. Isso é o que se pode perceber quando se observa a narrativa construída pelo erudito vienense para representar o processo de desenvolvimento da literatura no Brasil. Considerando-se as seleções

operadas, as figuras destacadas e o modo de apresentação dos eventos e personagem, nota-se que Wolf assume a forma do nacionalismo adotada pelos discursos não literários, que destacam os papéis desempenhados pelas instâncias oficiais e pela Igreja na construção do país.

Já no início de sua obra, o erudito vienense declara a importância da Igreja e dos colonizadores, e empreende a detração do indígena. Na introdução de seu texto, Wolf (1955, p. 6) afirma que os primeiros elementos de civilização e de literatura surgiram, no Brasil, com a chegada dos conquistadores portugueses, já que os nativos não conheciam nem uma, nem outra coisa. No primeiro capítulo, retoma ideias expressas por Varnhagen e assevera que os cantos entoados pelos indígenas em situações religiosas e bélicas, ou com a simples finalidade de realizar suas danças, não poderiam ser considerados literatura; quando muito seriam um embrião de poesia, do mesmo modo que a feita pelos pescadores e caçadores (WOLF, 1955, p. 18). Assim, não é senão indiretamente que os indígenas influíram na história, na medida em que se uniram aos colonos, misturando-se com sua raça.

Ativando igualmente a caracterização negativa da natureza, chama a atenção para as dificuldades enfrentadas pelos portugueses no processo de colonização, devidas aos problemas de adaptação dos europeus à nova condição de existência. Em luta incessante “contra a natureza, as doenças e os selvagens, tiveram grande dificuldade para, por sua vez, não se barbarizarem também e só puderam conservar sua cultura intelectual mercê de uma ligação íntima com a mãe pátria” (WOLF, 1955, p. 16). Como se vê, segundo Wolf, não fosse o contato frequente com a mãe-pátria, que lhes minimizava os sofrimentos, os colonizadores teriam perdido sua cultura intelectual, em virtude do meio deletério em que se encontravam.

Pela detração do índio e do ambiente, já se pode entrever a linha que vai seguir *Le Brésil Littéraire*. Para o historiador vienense, a literatura brasileira começou pela influência da Igreja e de seus membros. No trato com os nativos, os missionários teriam sabido tirar proveito das habilidades musicais e oratórias dos aborígenes, empregando-as para a elaboração de peças teatrais, redirecionando-as, portanto, para finalidades outras que não a guerra e os rituais indígenas. Aponta que, das colunas da Igreja, saíram os primeiros humanistas, assim como os primeiros poetas do Brasil. Entende ainda que, embora sua importância decaísse ao longo do tempo, a Igreja conservou ainda um grande prestígio no Brasil, de modo que às vésperas do século XIX, o elemento cristão esteve presente e misturado ao elemento nacional: “Neste país, onde sempre a eloquência tinha sido cultivada com predileção, este elemento [o eclesiástico] que, fundido com o nacional, deveria formar o romantismo moderno, encontrou uma terra toda preparada.” (WOLF, 1955, p. 134).

Quanto ao elogio dos poderes instituídos, ele se faz presente na constante relação que se estabelece entre o desenvolvimento da literatura e as figuras de poder. O poder incentivava a poesia, no século XVII, na Bahia, onde os “chefes do governo prezavam o luxo intelectual, [e] procuravam favorecê-lo, reunindo os interessados.” (WOLF, 1955, p. 46). No século seguinte, destaca-se a figura do Marquês de Pombal, que “tratava a rica colônia tão bem quanto a metrópole” (WOLF, 1955, p. 78), que ajudava os brasileiros talentosos, tendo, ainda, criado um plano para a transferência da monarquia para o Brasil. Já no século XIX, depois da emancipação do Brasil, Wolf ressalta o papel de D. Pedro como protetor das ciências e das artes, que se reúne com os sábios e artistas, incentiva-os, e frequenta as reuniões do IHGB.

Como os pressupostos que orientam a elaboração dessa versão da história literária estão atrelados a um nacionalismo que se poderia chamar oficial, a consequência efetiva dessa versão de história literária é que a literatura está a reboque da boa situação política e das disposições de espírito dos governantes. Assim como a condição de vida luxuosa dos governadores gerais da Bahia; assim como a inclinação de Pombal para favorecer os talentos acabaram promovendo a literatura, assim também a estabilidade do Império e o interesse pessoal de D. Pedro II contribuíram na mesma direção.

4 A geração de 1870 e a República

A obra de Ferdinand Wolf foi publicada originalmente em 1863, mas, já no final da década em que veio a lume, as ideias que lhe serviram de base passaram a ser criticadas com bastante veemência. Foi em torno do ano de 1870 que começaram a vir à tona propostas de ruptura com a ideologia vigente até então, considerada retrógrada, estagnada e incompatível com a sociedade. Como anota Sílvio Romero, que viveu intensamente esse período: “De repente, por um movimento subterrâneo, que vinha de longe, a instabilidade de todas as coisas se mostrou e o sofisma do império apareceu em toda a sua nudez.” (apud BARBOSA, 1974, p. 28-29)

A nova inteligência, conhecida como a geração de 1870, que começa a emergir, em boa parte formada por membros oriundos de segmentos sociais não tão dependentes do favor oficial, volta-se contra tudo o que possa representar o poder do Império. Nesse contexto, a postura do intelectual vai ser prioritariamente de crítica, de oposição. Mesmo a continuidade da monarquia na pessoa de um imperador diretamente ligado a Portugal gerou certo mal-estar na geração de 1870, para quem a “legitimidade alcançada pelos construtores do Estado nacional, quando optaram pelo regime monárquico, teve sempre o jeito de uma legitimidade imposta não só pelo alto, mas estrangeira, no sentido de indiferente aos movimentos mais gerais da sociedade.” (IANNI, 1994, p. 20). Quanto ao pensamento dominante, tentava-se “mostrar sua inadequação à realidade brasileira: o Brasil seria fruto de modelo elaborado em outro mundo, em outro meio, com a consequente desadaptação ao real, origem das frustrações nacionais.” (IGLESIAS, 2000, p. 96)

Ganha espaço, então, uma concepção diferente de nacionalismo, filiada ao pensamento republicano que se difunde desde então. Inspirada por esta postura política, em lugar da concepção monarquista do Brasil, a geração de 1870 “quer reinterpretar a história brasileira, privilegiando não mais o Estado imperial [...] mas o povo e a sua constituição étnica” (REIS, 2000, p. 89). Neste sentido, embora se considere a predominância do elemento português na formação do povo brasileiro, ele já não aparece sozinho. O brasileiro já não é o herdeiro do português, mas uma mistura deste com o negro e com o índio. Valorizava-se, portanto, uma compreensão do país como uma construção coletiva, em detrimento da ideia de que o Brasil era produto do segmento português instalado nas instituições oficiais. Reconhecia-se de bom grado o fato de Portugal ter introduzido o Brasil na cultura do Ocidente, mas se negava legitimar-se qualquer intenção de caracterizar o brasileiro como um herdeiro do português.

Diante disso, colocavam-se, para os intelectuais, duas questões correlatas assumidas como necessidade: de uma parte, destacava-se a necessidade de se conhecer realmente o Brasil; de outra, propunha-se a atualização do Brasil com o que se passava na Europa. Atitudes inadiáveis diante do quadro que se divisava, significaram sobretudo a incorporação, a adaptação e a aplicação de diversas teorias de origem europeia, inspiradas

pelo pensamento científico, para a compreensão e modificação da realidade brasileira, uma vez que era na ciência que se depositava a esperança de corrigir os males que assolavam a nação.

Foi a partir de meados do século XIX, que este tipo de pensamento deu entrada no Brasil, quando o positivismo de Augusto Comte começou a ser incorporado pelos alunos da Escola Militar. Ora, possuindo “o positivismo um grande e acentuado poder construtivo, falava muito de perto a tendências profundas da alma brasileira” (TORRES, 1943, p. 49), que via nele a marca de um discurso filosófico que lhe interessava. Aliadas a ele, teorias raciais de cunho darwinista e evolucionista fizeram parte do repertório filosófico dos intelectuais desde a segunda metade do século XIX, propagadas pelos membros dos museus naturais, dos institutos históricos, das faculdades de direito e de medicina (SCHWARZ, 2001).

É verdade que a ampla aceitação do espírito científico e o modo pelo qual se espalha o tipo de filosofia dele originada não deixam de revelar que a inteligência brasileira estava bastante empenhada em encontrar uma solução para os problemas do país, e que via nele a resposta para suas questões. No entanto, ao que parece, o pensamento positivista agradava à inteligência brasileira, de um lado, por dispor “de um receituário, de algumas fórmulas milagrosas que poupavam ao pensamento o desperdício de uma energia bastante útil para a conservação e o aperfeiçoamento da vida” (CANABRAVA, 1943, p. 9), e, de outra parte, por ser “uma filosofia em que as soluções eram mais abundantes do que as alternativas problemáticas” (idem, p. 9).

Seja como for, aqueles dois imperativos de conhecer e modernizar o Brasil foram conduzidos por uma só trilha, como vontades complementares. Implicaram uma modificação significativa na ideologia nacionalista, na medida em que produzia um Brasil cuja imagem não se confundia somente com a corte, nem com uma continuidade de Portugal, pois o brasileiro não deveria ser confundido com o descendente do português, senão que com um povo distinto, formado pela mistura de raças. Dessa forma, ao lado do reconhecimento da importância da contribuição portuguesa, entendia-se que o Brasil ainda não estava totalmente inserido na cultura do Ocidente, justamente por causa do processo colonizador, encarado como algo extremamente prejudicial.

5 Nacionalismo na geração da 1870: Sílvio Romero

Desde os anos iniciais de vida autônoma, até a década de 1870, mais ou menos, as ideias sobre a nacionalidade brasileira no século XIX condensaram-se entre duas versões principais e divergentes. A primeira, cujo sucesso se deu no campo da literatura, configurava a nacionalidade brasileira elevando o meio americano e o índio à condição de expoentes maiores dessa identidade; a segunda, que fez carreira no campo dos discursos não literários, não chegou a desconhecer aqueles dois elementos, mas os subordinou ao poder e à administração imperial, ressaltando a atuação dos portugueses tanto no período colonial quanto no pós-1822. Essas posições, que, em última análise, organizam o debate sobre meio e a raça, eram antagônicas para os intelectuais que viveram as primeiras décadas da independência.

De um modo geral, pode-se dizer que os intelectuais da geração de 1870 inseriram-se neste debate, embora o redimensionassem segundo seus próprios referenciais teóricos. Eles operacionalizaram o debate sobre meio e raça, reordenando-o segundo o discurso cientificista da época. Sobre a questão do meio, para o pensamento do Romantismo

literário, em geral a natureza era um ponto positivo da nacionalidade brasileira. A partir de 1870, todavia, a crítica literária brasileira retomou a “visão negativa do Novo Mundo como continente quente e úmido” (VENTURA, 1989, p. 25), conforme a teorização feita por Buffon no século XVIII, que caracterizou “o continente americano sob o signo da carência” (SCHWARCZ, 2001, p. 46). Neste sentido, a crítica literária parece estar mais perfilada ao pensamento que típico dos discursos do campo não literário.

A respeito da questão racial, a posição mais geral foi de manutenção da hierarquia que colocava o português em lugar privilegiado para a construção da sociedade brasileira, variando o segundo posto ora entre o índio, ora entre o negro, conforme as simpatias dos escritores. Deu-se, em certo sentido, continuidade à perspectiva nacionalista que privilegiava o processo colonizador e das instâncias oficiais. Todavia, é preciso ressaltar que, para os intelectuais da geração de 1870, a afirmação da superioridade portuguesa na constituição da nacionalidade brasileira passava ao largo da apologia dos poderes instituídos. Assumido o discurso cientificista da época, falava-se do português enquanto povo ou “raça”, não como prepostos da Coroa.

Considerando esse aspecto mais amplo da questão, cabe destacar o caso de Sílvio Romero, intelectual cuja obra repercutiu largamente na cultura brasileira. Em especial, importa a repercussão dessas novas ideias assimiladas por sua maneira republicana de pensar o nacionalismo em sua *História da Literatura Brasileira*. De imediato, diga-se que no caso do historiador sergipano, a incorporação deste debate significou um posicionamento nacionalista mais ou menos contraposto à vertente literária e dissonante da vertente da historiografia anterior. Ao que parece, Sílvio Romero não chegou a considerar a proximidade de suas considerações em relação a essa vertente nacionalista que se formou a partir da história, mas certamente ele manteve algo desse nacionalismo, sem que pretendesse continuá-lo.

Primeiramente, note-se que Romero minimiza a importância da natureza, afirmando a nacionalidade brasileira a partir de uma perspectiva racista. Quanto ao indígena, assim como Varnhagen, Sílvio o achava um bárbaro, que estava ainda em um estágio muito atrasado. Em termos de civilização, para ele, “A grei cabocla, encarada por todas as faces por que se pode vê-lo pela ciência, à luz de ideias sãs e longe do influxo de caducos prejuízos, achava-se num dos mais remotos degraus da escala da civilização” (ROMERO, 2000, I, p. 116). Sílvio também destaca o português, pois, no seu entendimento, é a ele que o Brasil deve a colonização por uma raça europeia e a inclusão do país na cultura ocidental, embora, de um modo geral, sua visão sobre os portugueses seja negativa. Assim, afirma que dentre as raças que “se encontraram” no território brasileiro, ao português deveria ser dado o lugar de destaque, pois a ele, segundo o historiador, “devemos a colonização por uma raça europeia, seu sangue e suas ideias, que nos prendem ao grande grupo de povos da civilização ocidental.” (idem, p. 107). Porém, Sílvio não se interessa pelos prepostos do poder, prestando atenção às instituições que ocupam apenas quando refletem um comportamento identificado como de uma “raça”, cujo significado recebe, neste contexto, “uma interpretação sobretudo social” (SHWARCZ, 2001, p. 17).

Outra diferença que Sílvio Romero estabelece em relação às tendências historiográficas anteriores está no alarde da importância do negro no processo de colonização do Brasil. Lembre-se que Martius, em *Como se deve escrever a história do Brasil*, havia dedicado algumas linhas para traçar um conjunto de assuntos relevantes sobre o negro, os quais um historiador deveria abordar quando fosse elaborar uma história do Brasil. Todavia, a sua observação de que “o Brasil teria tido um desenvolvimento muito

diferente sem a introdução dos escravos negros” (MARTIUS, 1982, p. 103) foi, em geral, entendida como um lamento. Sem ser totalmente simpático ao negro, Romero dá abertura numa direção menos negativa sobre o papel desempenhado por ele. Para Romero, seria o negro, não o índio, o grande parceiro do português na promoção da civilização brasileira, tanto pelo trabalho quanto pela convivência ao lado do branco (ROMERO, 2001, I, p.57).

O pessimismo geral de Sílvio Romero ao falar do português, do índio e do negro estende-se para a caracterização que faz do Brasil como nação. Sua ideia mais importante é a de que a nacionalidade brasileira tinha sua expressão máxima na miscigenação e na figura do mestiço. A trajetória do país ao longo do tempo o provaria, pois não seria a história do Brasil a história do português, ou do índio ou do negro; ao contrário, seria “antes a história da formação de um tipo novo pela ação de cinco fatores, formação sextiária em que predomina a mestiçagem” (ROMERO, 2001, I, p. 57). Acontece, porém, que, segundo as teorias desposadas por Romero, a miscigenação é uma marca negativa, um sinal de degeneração. Como adverte Renato Ortiz (1986, p. 21), “O mestiço, enquanto produto do cruzamento de raças desiguais, encerra, para os autores da época, os defeitos e taras transmitidos pela herança biológica.”

Sílvio Romero não escapou a certa dose do fatalismo pessimista presente nas teorias raciais que adotou ao definir o brasileiro como um mestiço, na medida que em pensava que, por natureza, “o povo brasileiro [era] apático, sem iniciativa, desanimado” (ROMERO, 2001, I, p. 146). De toda forma, pode-se perceber, no esforço de Sílvio Romero para encontrar uma saída para o destino fatal reservado ao país pelas teorias racialistas, uma nítida *adaptação* das teorias europeias. Sílvio utiliza as ideias de superioridade de raça e evolução para pensar uma possibilidade de superação da condição subalterna a que o país estava condicionado, caso elas fossem seguidas ao pé da letra. Parece que elas foram um meio pelo qual o autor refletiu sobre a constituição do país.

6 Uma versão republicana da história literária brasileira

A ideologia republicana que o historiador sergipano incorpora aparece nitidamente na sua *História da Literatura Brasileira*. Se afirma, nesta obra, que foi com a chegada do português que tudo começou, Sílvio Romero representa os colonos não pela identificação com as personalidades representantes da monarquia ou do estado português, mas pela identificação com o "povo". No conjunto, a identificação dos portugueses com os padres, os capitães, os soldados, os empregados redimensiona a interpretação histórica mais conservadora. Mesmo quando fala dos representantes diretos da monarquia, Romero os trata como "governantes", inscrevendo suas personalidades num papel social (ROMERO, 2001, I, p. 155). Assim, ele se afasta da história escrita com a perspectiva monarquista.

Para ele, com a chegada dos portugueses, porém, não houve de imediato literatura propriamente dita. Por todo o primeiro século, o que teria havido seria o desbravamento do país, quando se fundaram o que viriam a ser as principais cidades do Brasil. Conforme Romero, nessa época, formaram-se as primeiras populações mestiças, que “começavam bem cedo a tomar uma feição diversa da dos progenitores” (idem, p. 156). Dessa maneira, ainda segundo sua interpretação, “as três raças já se achavam entrelaçadas; o índio ainda predominava em número em alguns pontos; começava a escassear em noutros. O negro escravo principiava a avultar, o português ia criando a nova ordem de coisas” (idem, p. 160).

Nesse ponto, cabe ainda notar que Sílvio Romero não atribuiu à Igreja qualquer

papel produtivo na formação da literatura brasileira, como o fez Ferdinand Wolf. Na *História da Literatura Brasileira*, o que se vê é a detração quase absoluta da ação da Companhia de Jesus. Tendo contribuído apenas com a conversão de alguns índios, aproximando-os da civilização, ou com o estabelecimento dos portugueses, sua participação foi considerada por Sílvio Romero desastrosa, sobretudo quanto à “formação intelectual e estética da nova sociedade” (idem, p. 156).

A cada passo, o que se vê é a renitente recusa em atribuir qualquer relevância significativa à parte oficial, na construção do Brasil, distribuindo-se os lauréis entre o povo que se vai formando pela miscigenação. De acordo com ele, na luta contra os estrangeiros, no aprofundamento da colonização, “as três raças aparecem quase no mesmo pé de igualdade. O entrelaçamento é perfeito, o brasileiro, é já uma realidade.” (idem, p. 163-164). Como se vê, em lugar do domínio absoluto do português, Sílvio faz do brasileiro mestiço, oriundo da mistura das três raças, o personagem central de sua narrativa.

Na mesma linha está a interpretação que dá aos acontecimentos que tiveram lugar no Brasil durante o século XVIII. Para ele, é a partir de 1750 que “tocamos o momento decisivo de nossa história: é o ponto culminante; é a fase da preparação do pensamento autônomo e da emancipação política.” (idem, p. 211). Contra as disposições do regime colonial, o Brasil teria conseguido desenvolver-se, sem ser minimamente atendido pela metrópole, e a Inconfidência Mineira teria representado a vontade do país de ser independente. Na segunda metade do século XVIII, de acordo com Romero, a miscigenação já tinha alcançado um estágio avançado. Em muitos aspectos, os brasileiros eram melhores do que os portugueses, chegando, em algumas áreas, como na literatura, mesmo a influenciá-los. (idem, p. 261).

Com Sílvio Romero, a coroa portuguesa joga sempre o papel de antagonista, contra o qual os revolucionários mineiros tiveram de lutar. No entanto, mais do que isso, o século XVIII foi o momento em que se pressentiram todas as questões que envolviam o Brasil e que implicavam a ruptura: “Independência da pátria, emancipação dos escravos, unidade federal, vida autônoma e democrática, prosperidade material, alento científico[...] tudo foi antevisto naquele devanear de heróis” (ROMERO, 2001, I, p. 296). Considerando-se estas opiniões, pode-se dizer que a versão da história literária contada por Sílvio Romero inventa uma tradição contraposta àquela formulada por Wolf, na qual o historiador sergipano acaba promovendo seus próprios contemporâneos.

Em suma, pode-se dizer que a *História da Literatura Brasileira*, de Sílvio Romero tem por objetivo fazer a defesa dos valores veiculados pela geração de 1870. Sem constituir um bloco homogêneo, ela se caracterizou por repudiar as instituições monárquicas e a interpretação do Brasil como herdeiro de Portugal, propondo a história do país por meio do levantamento de outra tradição, calcada na valorização da população que se formou aqui desde os tempos coloniais. No historiador sergipano, isto fica claro pela valorização do mestiço, e pela ênfase na mistura racial que teve lugar na América portuguesa desde a chegada dos colonizadores.

Conclusão

Por fim, procurou-se mostrar aqui que, no século XIX, as formas de representação da nacionalidade brasileira perfilaram-se com as ideologias políticas adotadas pelos grupos de intelectuais. Deixando de parte o nacionalismo veiculado pela literatura, diga-se que o nacionalismo monarquista, neste contexto, define-se justamente pelo elogio do processo

colonizador, das instituições oficiais e da Igreja. A versão republicana, projetada sobretudo a partir da década de 1870, toma como símbolo da nacionalidade o povo brasileiro e os grupos étnicos que lhe deram origem, minimizando o papel dos poderes instituídos. Na história da literatura brasileira, as duas últimas posições aparecem representadas, respectivamente, nas obras de Ferdinand Wolf e de Sílvio Romero, que selecionam os fatos, as personagens e as situações de suas narrativas de modo a destacar a influência ou das instâncias oficiais ou da formação étnica na história literária do país.

Referências Bibliográficas

- 1] CANABRAVA, Euryalo. Prefácio. In: TORRES, João Camilo de Oliveira. *O positivismo no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1943.
- 2] COSTA, Emília Viotti. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Brasiliense, 1985, 3a ed.
- 3] MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. Confederação dos Tamoios. In: TEIXEIRA, Ivan (org.). *Épicos*. São Paulo: Edusp, 2008.
- 4] MARTIUS, Karl Friedrich Von. Como se deve escrever a história do Brasil. In: *O Estado de Direito entre os autóctones do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1982.
- 5] ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1986, 2a ed.
- 6] REIS, José Carlos. *As Identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2000, 3a ed.
- 7] ROMERO, Sílvio. *História da Literatura Brasileira*. 2. vols. Rio de Janeiro: Imago; Aracaju: Universidade Federal do Sergipe, 2001.
- 8] SUSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- 9] SCHWARCZ, Lília Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- 10] MARTIUS, Karl Friedrich Von. Como se deve escrever a história do Brasil. In: *O Estado de Direito entre os autóctones do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1982.
- 11] TORRES, João Camilo de Oliveira. *O positivismo no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1943.
- 12] VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1853, 1a ed, 2 v.
- 13] VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical: história cultural e polêmica literárias no Brasil, 1870-1914*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- 14] WOLF, Ferdinand. *O Brasil Literário: História da Literatura Brasileira*. São Paulo: Editora Nacional, 1955.

ⁱ Eduardo da Silva de FREITAS, Prof. Doutor
Universidade Federal de Lavras (UFLA)
Email: eduardofreitas@dch.ufla.br